



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: AURÉLIO NOMURA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 03/09/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Como membro da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, com as presenças do Vereador Aurélio Nomura, na Presidência, e da Vereadora Ely Teruel, declaro abertos os trabalhos da 21ª audiência pública do ano de 2021.

Informo que esta reunião está sendo transmitida por meio do endereço www.saopaulo.sp.leg.br no *link* Auditórios On-line, Auditório virtual.

Esta reunião vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade* diariamente, desde 25 de agosto de 2021. As inscrições que foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo já se encontram encerradas, devido ao número de participantes.

Foram convidados para esta presente audiência pública o Sr. Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento, que será representado pelo Sr. Guilherme Henrique Fatorelli Del'Arco, Diretor de Deuso e Coordenador da Legislação de Uso e Ocupação do Solo e pela Sra. Heloisa Toop Sena Rebouças, Procuradora. A Secretaria Municipal de Cultura está sendo representada pelo Sr. Luca Otero D'Almeida Fuser. Também foram convidados os Srs. Dário José Barreto, Subprefeito de Santana-Tucuruvi; Marcelo Schneider, meteorologista do Instituto Nacional de Meteorologia; Alba Medardoni, Presidente da Associação do Mirante Jardim São Paulo; e o Secretário João Cury Neto, Presidente do Conpresp.

Passemos à pauta. A audiência pública é para tratar do Tombamento do prédio do Observatório Mirante de Santana, situado na Praça Vaz Guaçu, no Jardim São Paulo. Construído em 1929, é a principal estação meteorológica da cidade de São Paulo e pertence ao Instituto Nacional de Meteorologia, conforme o requerimento nº 35/2021, de minha autoria, aprovado na reunião, no dia 11 de agosto de 2021, pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Essa solicitação se deve a um pedido feito pela Presidente da Associação dos Amigos do Mirante Jardim São Paulo, Sra. Alba Medardoni, quando fez uma exposição de motivos e, no final, pede para que nós pudéssemos, além de interceder junto ao Conpresp, com relação a essa questão do tombamento, pede também para que seja realizada uma

audiência pública, para que nós possamos entender melhor a questão.

Antes de iniciarmos os trabalhos, nós vamos passar dois vídeos. O primeiro é com relação a uma reportagem realizada pela Rede Globo, pertinente a essa questão; e depois nós ouvir alguns depoimentos de moradores da região.

Por gentileza, peço à assessoria que rode a fita. (Pausa) Nós estamos com problema técnico. Eu peço para a técnica suspender, porque o tempo aqui é muito curto, muito exíguo. Não dá para a gente passar.

Vamos passar ao segundo vídeo, sobre os depoimentos dos moradores. (Pausa)

Infelizmente, não vamos ter condições de passar o vídeo, houve um problema técnico, mas é o segundo problema que já ocorreu em audiências públicas realizadas enquanto eu sou Presidente. Queria até pedir para a Mesa Diretora e ao Presidente, especificamente, que possamos rever esse aplicativo. O Teams não tem funcionado, da vez passada deu um *blackout* global, e agora nós estamos com esse problema. Seria bom termos dois aplicativos, sempre é bom uma alternativa, até porque esse não está funcionando. Como nós temos inúmeras audiências públicas desta Comissão, e de outras comissões, seria importante rever isso para que tenhamos essa alternativa para poder prosseguir.

Bom, vamos ouvir o representante da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, o Sr. Guilherme Henrique Fatorelli Del'Arco, que é Diretor de Deuso, da Coordenadoria de Legislação de Uso e Ocupação do Solo, e a Procuradora Heloisa Toop Sena Rebouças. Estão presentes? (Pausa). Ok, por gentileza, o Sr. Guilherme tem cinco minutos, ou melhor, dez minutos, para falar a respeito.

O SR. GUILHERME HENRIQUE FATORELLI DEL'ARCO – Primeiramente, bom dia Sr. Presidente, bom dia a todos e todas que estão participando.

Gostaria, antes, de perguntar, pela ordem, Sr. Presidente, se não seria interessante primeiro ouvir o depoimento dos participantes?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Claro, mas é que no final o senhor também vai falar depois deles. É que como a questão diz respeito à construção do imóvel

próximo ao mirante, onde, segundo afirmativa dos moradores e também do próprio Inmetro, afetará e muito a estação meteorológica.

- Falas simultâneas no ambiente virtual.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - E, por respeito a uma posição que existe, como manifestação da Prefeitura, no sentido de que uma lei municipal de 71 impede construções mais altas que a estação que ora está sendo alvo, objeto dessa questão. Por isso, gostaríamos de ouvi-lo, depois os inscritos e, no final, ouviremos novamente o senhor. Por favor, pode continuar.

O SR. GUILHERME HENRIQUE FATORELLI DEL'ARCO – Obrigado, Presidente.

Novamente bom dia a todos. Saúdo a iniciativa, Sr. Presidente, com a realização dessa audiência pública que é muito interessante e muito importante ter essa discussão do que todos esperamos para a Cidade no que tange à proteção ambiental, de proteção do que é o melhor para o uso e ocupação do solo da Cidade.

Com relação a essa questão levantada sobre o edifício, esse eventual edifício que possa ser construído na área de proteção meteorológico, no mirante Santana, o que temos a informar, a partir de pesquisas já feitas pela SMUL, Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, é que esse foi um pedido protocolado em 2014 através de uma solicitação para alvará de aprovação de edificação nova. Mas esse pedido não avançou, não teve autorização para construção e é importante destacar aqui que ele não alcançou o alvará.

Inclusive, ele foi objeto de uma consulta ao Departamento de Patrimônio Histórico, da Secretaria da Cultura, onde o processo lá se encontra.

Portanto, não temos emissão de alvará para essa específica edificação.

Também fizemos um levantamento para outras edificações, para outras solicitações que estavam no entorno do que seria a abrangência de proteção da estação meteorológica e fizemos também uma manifestação no SEI – Sistema Eletrônico de Processos, no sentido de que as edificações que extrapolam o gabarito não estariam na área de abrangência do perímetro de proteção.

Esse perímetro de proteção, Sr. Presidente, é realmente definido por essa lei, que é a de nº 7.662 de 1971, que determina que edificações dentro de um perímetro específico, para ser mais pontuado, entre as ruas Dr. Zuquim, Conselheiro Saraiva, Machado Pedrosa, e avenidas Leôncio de Magalhães, Pedro Madureira e Álvaro de Abreu.

Nesse perímetro, a altura das edificações estaria limitada à cota de nível do segundo piso da estação meteorológica. Então, depois dessa lei, para as edificações que foram analisadas, elas atenderam a essa limitação, mas para essa em questão, informamos que não houve emissão de alvará e, portanto, não existe autorização para essa edificação específica que tenha sido emitida pela SMUL.

De todo o modo, retomo, falando que esse processo específico é objeto de consulta ao Departamento de Patrimônio Histórico.

O que concluímos, hoje, na Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, Sr. Presidente, é que essa lei está vigente sim. Estamos elaborando um parecer técnico e jurídico para estabelecermos, por vez, a abrangência dessa legislação. O que acontece é que, em decorrência dos marcos regulatórios da Política Urbana e mesmo do Uso e de Ocupação da Cidade, ficou uma questão que estávamos trabalhando dentro da Secretaria, internamente, no corpo técnico e jurídico no sentido de qual seria a abrangência dessa lei, visto que a Lei de Zoneamento e o Plano Diretor – posteriores a essa lei municipal – já teriam tido a competência de versar sobre o tema da altura da edificação.

De qualquer forma, atualmente, como já havia esse entendimento dos setores de licenciamento, nas divisões de licenciamento da Secretaria, que haviam adotado rigorosamente essa legislação, estamos, hoje, consolidando esse entendimento, afinal, ela está vigente – dentro do perímetro de abrangência ela está vigente – portanto, para fins de análise de pedido de construção, nova ou reforma, temos adotado a abrangência da legislação.

Enfim, o tema aqui também da audiência é tratar do tombamento e acho que podemos desenvolver um debate sobre o tombamento, mas em termos de uso e ocupação do solo era isso que eu tinha a informar.

A Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, assim que preparar, finalizar esse parecer técnico-jurídico, vai proceder também a toda a publicidade dessa decisão, buscando indicar no site, na plataforma GeoSampa, qual será a abrangência dessa lei para que fique claro e transparente para toda a população que ela está vigente.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço novamente a participação em nome do Secretário de Urbanismo e Licenciamento.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado, Sr. Guilherme. Só uma dúvida a ser esclarecida novamente: esse prédio que se pretende construir, o Piazza São George, na Rua Pedro Madureira, ele não tem alvará para construção?

O SR. GUILHERME HENRIQUE FATORELLI DEL'ARCO – Exato, não tem alvará, Sr. Presidente. Pela nossa pesquisa, nós constatamos um alvará de demolição, que é permitido, mas alvará de construção não foi emitido para esse empreendimento.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – O.k. Muito obrigado. Agradeça ao Secretário Cesar de Azevedo, que, por meio de vocês, sempre tem atendido esta Comissão.

Tem a palavra agora o representante da Secretaria Municipal de Cultura, Sr. Luca Otero D'Almeida Fuser, do Departamento do Patrimônio Histórico – DPH, para falar a respeito da solicitação do tombamento do Mirante Jardim São Paulo, solicitação dos Amigos do Mirante do Jardim São Paulo.

O SR. LUCA OTERO D'ALMEIDA FUSER – Bom dia. Sou coordenador do Núcleo de Identificação e Tombamento do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura e, primeiramente, gostaria de cumprimentar todas as pessoas presentes e agradecer o convite e a designação para representar a Secretaria Municipal de Cultura.

Sobre a solicitação de abertura de processo de tombamento, neste momento, o que nós temos é o Processo Eletrônico nº 602520210011945-1 – aproveitando que nós estamos numa plataforma online, eu vou depois vou colocar no chat para facilitar –, que atualmente se encontra em análise técnica. Foram apresentados alguns argumentos pelos requerentes, que versam essencialmente sobre a necessidade de proteção dos valores paisagísticos, científicos

e históricos, tanto da edificação como do entorno. O processo foi solicitado em junho e, como nós temos um número reduzido de equipes para analisar a totalidade dos processos do Núcleo de Proteção e Tombamento, nós seguimos analisando.

Para essa região conhecida como Mirante de Santana, que é esse perímetro aqui já referido – o mesmo da Lei de 71 comentada pelo Guilherme –, não há legislação preservacionista incidente. Então, o local se encontra com essa questão atualmente.

Eu prefiro dar um retorno após as falas dos presentes nesta audiência pública para nós podermos esclarecê-los melhor, mas, no momento, é isso o que nós temos para falar sobre a abertura de tombamento solicitado.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – O.k. Muito obrigado, Sr. Luca. Só há uma dúvida que eu gostaria de esclarecer. A partir do momento em que é aberto o processo é que todos os feitos pertinentes à área ficam sobrestados? Eu queria entender isso.

O SR. LUCA OTERO D'ALMEIDA FUSER – Sim. O procedimento é o seguinte: primeiro o processo passa por análise técnica, no qual nós compreendemos os indícios de valores existentes na área e qual seria a possibilidade e a necessidade de se ter uma legislação específica de patrimônio para aquele local ou para que aquele bem seja protegido; pode ser um local, um objeto. Nesse caso, nós estamos pensando o que seria essa referência do Mirante de Santana. Após essa análise técnica, nós sugerimos, caso pertinente, o arquivamento ou a aplicação de diretrizes através do instrumento do tombamento. São variáveis as diretrizes possíveis pelo tombamento e, muitas vezes, nós definimos alguns parâmetros específicos até serem aplicados pelos órgãos de licenciamento e pelas subprefeituras, mas, enfim, não necessariamente o termo seria sobrestar os processos, por exemplo, de intervenção na área, mas sim de adequá-los a diretrizes a partir da existência dessa legislação preservacionista. Isso tudo sem prejuízo das outras legislações existentes.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – O.k. Muito obrigado.

Eu acho que, no final, nós vamos novamente chamá-lo, porque que vai haver

questões elaboradas pelas pessoas que estão aguardando para falar.

Comunico que se encontram presentes o Presidente desta Comissão, o Vereador Paulo Frange, e o Vereador Eliseu Gabriel, que não é membro desta Comissão, mas por este assunto ser extremamente importante também para o seu mandato.

Convido agora o Subprefeitura de Santana/Tucuruvi, Sr. Dário José Barreto. Está presente?

O SR. DÁRIO JOSÉ BARRETO – Sim, Presidente, estou presente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Por gentileza, o senhor tem dez minutos. Inclusive, a própria Subprefeitura foi que levantou esse problema junto aos moradores, que fizeram a reclamação na Subprefeitura. O senhor tem mais dados a falar a respeito. Por favor, o senhor tem dez minutos.

Obrigado.

O SR. DÁRIO JOSÉ BARRETO – Obrigado, Vereador Aurélio Nomura. Cumprimento os demais Vereadores presentes Ely Teruel, Eliseu Gabriel e Paulo Frange, assim como todos que participam desta audiência pública.

Por parte da Subprefeitura, nós estamos atentos à questão do Mirante. Todas as questões que vieram até nós sobre a questão da construção do prédio, a questão do tombamento, a questão do alvará de demolição. Então, para trazer informações aqui, para esta Comissão e para esta audiência, é muito importante esse entendimento que já foi trazido pelo Guilherme, de SMUL, de que a lei está vigente. Em alguns andamentos do SEIA existia, aí, talvez uma dúvida se a lei nova do Código de Obras teria derogado de forma tácita essa lei de 1971, que cuida do Mirante. Então, essa questão é uma questão a ser trazida e pelo entendimento de SMUL eu acho que já tranquiliza um pouco mais os moradores do entorno do Mirante, de que essa lei está vigente. Estando vigente, acredito eu, que a Secretaria não aprovará um alvará de um prédio que sobrepõe o segundo andar ali do Mirante, de onde é o Centro de Medição.

O alvará de demolição, entrou essa questão de se há um sobrestamento com a

abertura do processo de tombamento, na Secretaria de Cultura, se suspende tudo o que já tenha sido emitido ali, para o local. Esse alvará de demolição foi emitido em 2020. A emissão foi pela Subprefeitura, mas não existe nada que proíba o proprietário de demolir o imóvel hoje. Hoje não tem tombamento, hoje não tem construção que esteja aprovada acima do segundo andar do Observatório do Centro de Medição. Então, o direito do proprietário de demolir hoje, como está a legislação, é um direito do proprietário fazer a demolição. Agora, a Subprefeitura está atenta a isso e gostaria de dizer para que todos os moradores tenham ciência disso, de que não vai construir nenhum empreendimento no local sem alvará de construção, um alvará emitido por SMUL. Existe o receio dos moradores do entorno no tocante ao direito de início de obra, em que a construtora, o proprietário protocola um projeto e passados 120 dias ele pode dar início à obra, se não houver nenhuma análise por parte de SMUL, mas nós estamos atentos. O Ministério Público já recomendou à Subprefeitura... Existe uma recomendação também do Ministério Pública, a Dra. Camila Mansur já nos oficiou, para que fiquemos atentos, para que não deixemos nenhuma construção ser realizada no local.

Então, pela Subprefeitura, nós estamos à disposição para o debate. Espero que esta audiência pública possa ter bastantes proposições para debater também sobre o tombamento, porque existe a legislação que protege a altura das edificações. E com o tombamento também, alguns moradores já procuraram também a Subprefeitura para levantarem o debate de como que fica o tombamento do em torno, porque tombando o Centro de Medição, onde é o Mirante hoje, ele também vai atingir os imóveis contíguos à praça. Então, ouvir, acho todos os lados, tudo aquilo que protege o Mirante, que protege o Centro de Medição, mas que protege também os moradores ali do entorno. Então, é de extrema importância esta audiência pública nesse sentido, de ouvir todas as partes, de ouvir todos os interessados. E a Subprefeitura espera o melhor para o Mirante, esta é a nossa intenção, sempre buscando atender aquilo que melhor atenda ao munícipe, que melhor atenda ao cidadão, esta é a nossa luta aqui também. Estamos do lado daquilo que for melhor para a nossa região. Nós somos da região. Eu sou morador do Jardim São Paulo também. Então, eu

sempre estou atento a todas as questões e sempre aberto ao diálogo. Então, o que precisar aqui da Subprefeitura, tanto a Comissão, como os moradores, os Vereadores, estou sempre à disposição em debater e trazer essas proposições escutando todos os lados, escutando o que for melhor para a nossa região. E a questão do tombamento, logicamente, seria para proteger. Além da lei de 1971, tendo o tombamento, seria mais uma proteção ali para a questão urbanística do local.

Então, era isso o que eu tinha a dizer. Estou à disposição da Câmara, dos munícipes e desta Comissão.

Obrigado pela atenção e estou à disposição de todos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado, Sr. Dário. Cumprimento V.Exa. Eu sei que o senhor é muito atuante ali, na região. Ainda agora fiquei sabendo que o senhor é morador da região. Então, tem uma preocupação um pouco maior do que muitos aí.

Mas eu gostaria de pedir a V.Exa., se possível, a cópia dessa recomendação do Ministério Público. Se puder encaminhá-la a esta Comissão, se possível. E pediríamos, se possível - ou se não deixar um assessor do senhor -, para, no final de ouvir aquelas pessoas inscritas, acho que poderá haver algum questionamento pertinente à Subprefeitura. E, aí...

O SR. DÁRIO JOSÉ BARRETO – Eu estarei presente na audiência toda. Ficarei até o fim. E vou encaminhar à Comissão a cópia do Ministério Público, o que já foi respondido.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Muito obrigado.

O próximo é o Sr. Marcelo Schneider, do Instituto Nacional de Meteorologia. Está presente?

O SR. MARCELO SCHNEIDER – Sim, presente. Bom dia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Como vai, Sr. Marcelo, tudo bem?

O SR. MARCELO SCHNEIDER – Tudo bem. Eu queria agradecer o convite.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Eu que agradeço a presença do senhor. E eu gostaria de abrir o microfone da Comissão para o senhor falar a respeito durante dez minutos. Primeiro, gostaria que o senhor iniciasse dizendo qual a função do senhor no Instituto

e falando também, principalmente, da importância desta estação meteorológica. Por favor, o senhor tem a palavra.

O SR. MARCELO SCHNEIDER – Agradeço novamente pelo convite. E obrigado pelo relato, também, do pessoal da Prefeitura, do Subprefeito Dário.

Eu sou Coordenador do Inmet do Distrito de São Paulo, do 7º Distrito de Meteorologia. Ele abrange o Estado de São Paulo e de Mato Grosso do Sul. Então, eu também estou representando o nosso Diretor Miguel Novato, que está lá em Brasília.

Enfim, a grande questão do Mirante de Santana é no sentido de preservação dos dados meteorológicos, da série histórica meteorológica que vem desde o ano de 1945. Em dezembro de 45, o Inmet começou a fazer os registros em Santana, na zona Norte da Cidade, de forma ininterrupta desde lá, são mais de 76 anos com essas medições. Para se ter uma ideia, quem acompanha meteorologia, quem acompanha a região, o pessoal de fora que está escutando, os dados meteorológicos não se limitam à cidade de São Paulo. O Inmet, Instituto Nacional de Meteorologia, é vinculado à Organização Meteorológica Mundial, OMM, que tem 193 países. E esses dados que coletamos, aqui na estação de São Paulo, são transmitidos diariamente para essa rede mundial de comunicação, que tem essa abrangência mundial.

Então quando vamos falar durante o evento do Plano Diretor, da questão da preservação dos dados, tem o alcance não só municipal, mas tem todo esse plano estratégico da importância dos dados meteorológicos. E o que é coletado na Estação Meteorológica? Para ter uma ideia, observamos muito na imprensa, são bem veiculadas as questões de temperatura do Mirante, a mínima, a máxima, a precipitação meteorológica, se teve ou não chuva. Sabemos que São Paulo, por exemplo, tem climas bem distintos, inverno geralmente seco, o verão mais chuvoso.

Então todos esses dados têm uma importância muito grande na pesquisa meteorológica e uma influência cada vez mais importante em relação ao Plano Diretor da Cidade. Tem sido muito mais frequente e muito mais importante, cada vez mais, na meteorologia a preservação desses dados para eventos ou para estudos na questão das

mudanças climáticas globais. É muito comum esse questionamento hoje das pessoas em relação às séries históricas das cidades.

E aí vem a questão importante, quanto mais preservado estiver o entorno, ou seja, não houver obstrução de construções que limitem a insolação, de construções que limitem a plena circulação do vento e que não causem ou intensifiquem principalmente o que chamamos de ilha de calor urbana, melhor, mais protegido e menos contaminados serão os dados da Estação Meteorológica. Então, desde o início, quando o Inmet foi chamado pelos moradores a interceder na questão técnica, nós veiculamos uma nota técnica falando justamente da importância desses dados meteorológicos não sofrerem essa contaminação dessa possível construção.

Uma informação técnica, foi até comentada, temos uma medição que retrata a altitude oficial que temos aqui no Inmet do segundo pavimento, onde fica também o aparelho que temos chamado barômetro de mercúrio e o anemógrafo, de 798 metros. Essa é a altitude com que trabalhamos, a altitude do segundo pavimento. Enfim, seriam essas características.

Outras curiosidades, temos desde 2006, há 15 anos, uma Estação Meteorológica automática dentro do cercado meteorológico que compreende a Estação. Essa Estação Meteorológica automática transmite de hora em hora no Portal do Inmet, dado aberto livre para o público em geral o acesso a todos os dados de temperatura, umidade do ar, vento, pressão atmosférica, chuva. Enfim, todos os dados meteorológicos dentro da Estação Meteorológica são abertos e distribuídos para o público.

Então, em suma, é essa questão. A segunda questão que gostaria de falar é em relação – será comentado adiante – ao tombamento, o que implicaria, se teria alguma mudança em relação a nossa ocupação do prédio. Desde as últimas décadas, trabalhamos no Inmet desde o ano de 2006, há cerca de cinco anos estou como Coordenador, toda a interferência que fizemos em termos de reforma no prédio, sempre tentamos zelar da melhor forma possível, para alterar o mínimo possível da fachada do prédio que, até onde sei, é de 1929. Então é um prédio bastante histórico, é um prédio bem representativo da comunidade da

zona Norte da Cidade.

Enfim, são essas as questões técnicas, principalmente reitero a importância de zelar da parte meteorológica desses dados, de ter o mínimo de interferência possível. Sempre foi nossa preocupação quando veio à tona a possível construção do prédio, principalmente em relação a esse possível ... (Falha na transmissão) ... essencialmente do desequilíbrio térmico, da mudança da circulação dos ventos que poderia ser no entorno.

Então é isso, Presidente, o que teria para falar. Se houver mais alguma dúvida, posso comentar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado, Sr. Marcelo. Só uma dúvida que tenho, na realidade é imprescindível a manutenção do status quo na área, era essa uma observação.

O SR. MARCELO SCHNEIDER – Sim. Exatamente isso, dentro dessa linha, à medida que prédios forem aumentando a densidade no entorno, além de provocar um sombreamento que muda a temperatura no entorno, vão também provocar a mudança da circulação dos ventos. Isso também acarreta, o que é muito comum em outros pontos da Cidade, mas preservando aquela região ganharíamos também a questão da medição histórica. É melhor e mais possível de se fazer um comparativo com os dados de décadas passadas. É o que chamaríamos de calor, quanto mais adensamento de prédios no entorno maior o aquecimento, principalmente durante a noite. Ou seja, mudaria ou contaminaria os dados, contaminaria o clima local daquela região específica, onde fica a Estação Meteorológica.

E isso tem um impacto bem importante, o comparativo em relação a estudos históricos, estudos agora de mudanças climáticas, ou mesmo um planejamento urbano ficaria bastante comprometido em relação a um estudo histórico mais preciso. É dentro dessa linha, desse contexto que achamos muito importante a preservação dentro do possível das condições do entorno do Mirante de Santana.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Muito obrigado. E pediria para o senhor, se fosse possível, gostaria que nos enviasse essa nota técnica do Instituto, seria bastante

interessante para nossa Comissão. E também se o senhor pudesse ficar até o final, ou poderíamos entrar em contato até o final dessa sessão, porque com certeza haverá perguntas pertinentes e a resposta seria do Instituto. Muito obrigado mais uma vez pela presença.

A próxima inscrita é a Sra. Alba Stela Medardoni, Presidente da Associação dos Amigos do Mirante do Jd. São Paulo. (Pausa) Não está presente.

Pergunto se o Presidente Paulo Frange e a Vereadora Ely Teruel gostariam de fazer alguma indagação aos convidados. (Pausa) O Vereador Eliseu Gabriel gostaria de fazer alguma indagação? Tem a palavra o nobre Vereador Eliseu Gabriel.

O SR. ELISEU GABRIEL – Sr. Presidente, parabéns pela sugestão desta audiência pública extremamente importante.

Estivemos na SMUL com um grupo de moradores do local para levar essa preocupação, assim como alguns moradores já protocolaram um pedido de tombamento no Conpresp.

Então, é impressionante como a sociedade civil se mobilizou para segurar essa barbaridade que estão querendo fazer no Mirante de Santana. É inacreditável que fique levante a dúvida de que uma lei de 1972, que justamente impede que os prédios subam ali, se isso vale ou não vale.

A manifestação da assessoria da SMUL foi muito importante e parabenizo esse movimento que conta com mais de 3 mil pessoas pela sua mobilização. O Subprefeito de Santana, o Sr. Dário, mora no Jardim São Paulo e está preocupado com isso. O que temos de fazer é uma fiscalização intensa, porque esse pessoal não dá trégua. Não adianta só uma lei dizendo se pode, ou não pode. Precisa de uma fiscalização intensa, embargar obras, inclusive com força policial. Não podemos deixar subir nada lá, porque senão demoram anos até resolver e, no fim, dar um jeito e aquilo fica pronto.

Temos de estar muito atentos. A ideia do tombamento é muito importante por se mais um fator que segura esse problema, mas esse processo de tombamento é longo e eu tenho a impressão de que precisa ser deflagrado imediatamente. Enquanto isso, a Lei de 1972

ou 71 precisa ser urgentemente cumprida.

A pergunta que faço ao pessoal da SMUL é: qual é a dúvida que vocês tinham com relação à legislação que impede os prédios ali no entorno?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado, nobre Vereador. Passo a palavra ao Sr. Guilherme, representante da Secretaria Municipal de Urbanismo, para responder a indagação do nobre Vereador.

O SR. GUILHERME HENRIQUE FATORELLI DEL'ARCO – Obrigado pela indagação, nobre Vereador Eliseu. O que justificou a gente passar por uma reflexão a respeito da abrangência da lei de 71 foi o seguinte: Quando essa lei foi aplicada, em 71, os marcos da política urbana municipal ainda não estavam definidos: estava no início do Plano Diretor de 1971 e, depois, ainda viria a primeira lei de zoneamento, de 1972.

Somente a partir do marco da política urbana a nível nacional, com o Estatuto da Cidade, que os planos diretores e as leis de zoneamento e ocupação do solo ficaram como regramento específico que orientasse todos em termos de altura, para toda a Cidade. Então, estipulou-se, a partir de então, todas as zonas da Cidade, que teriam limitações de gabarito conforme elas poderiam comportar.

A reflexão ficou nesse sentido. Na medida que a função de reger a altura dos edifícios ficou direcionada a essas leis gerais que são pactuadas socialmente, passam obrigatoriamente por audiências públicas, com ampla participação popular e democrática, assim como essas leis do Plano Diretor e do Zoneamento foram os instrumentos que regulam esse regramento de uso e ocupação do solo; ficou implícito se essa lei ainda estaria válida, ou seja, se esse novo marco regulatório não promoveu uma revogação tácita dessa lei de 71.

Nas nossas análises na Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, a gente constatou que existe uma razão específica para essa lei de 71 existir, a Lei 7.662, que era exatamente a proporção dessa medição meteorológica tão importante do Instituto Nacional de Meteorologia, do Mirante de Santana.

Mediante todas essas análises da Secretaria, a gente considerou válida essa legislação de 71, mesmo com esses outros marcos regulatórios que definem gabarito, altura, para toda a Cidade, entendendo que ela é aplicável; e reforço que ela já estava sendo aplicada desde a década de 71.

Então ela tem um perímetro delimitado. Tanto que nós não tivemos autorização para esse empreendimento que foi questionado na audiência. Esse empreendimento de 23 andares não foi autorizado, ele está em análise na Coordenadoria.

Inclusive, eu vou fazer uma correção, porque eu tinha mencionado que ele tinha sido encaminhado ao Departamento do Patrimônio Histórico, mas isso foi um outro processo. Na verdade, ele está na Coordenadoria de Licenciamento da SMUL. Está sendo analisado. Mas ele deve passar por correção até o projeto se adaptar à legislação, ou, se não, ele não vai ser autorizado. O fato é que para esse empreendimento não foi emitido alvará ou licença edilícia de nenhuma natureza – tirando aquela que foi para fins de demolição, como foi mencionado pelo representante da subprefeitura.

Eu não sei se respondi. Mas se houver mais alguma dúvida, Vereador, eu posso complementar.

O SR. ELISEU GABRIEL – Eu só queria dizer que outros empreendimentos na região foram barrados justamente por essa lei, inclusive, depois da vigência do Plano Diretor. Por isso a minha surpresa. Não há dúvida com relação a uma coisa sobre a qual não teria de haver dúvida. O Plano Diretor é importante, é abrangente, mas não pode passar por cima de um organismo tão importante como a estação meteorológica. Se já foi aplicada até em 2019, quando o Plano já estava em vigência, por que ter dúvida agora? É isso que causou essa minha preocupação.

Mas eu só queria também, Vereador Aurélio, dar os parabéns ao senhor pela iniciativa da organização de tão importante audiência pública. Muito importante a ação que o senhor teve. Parabéns.

É só isso que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado, Vereador Eliseu Gabriel.

Mas, na realidade, esta audiência está sendo feita graças à presidente da Associação dos Amigos do Mirante Jardim São Paulo, que se mobilizou esta comissão, pedindo essa audiência. E V.Exa. está de parabéns, porque também é atuante na área e está sempre atento aos movimentos da região e às solicitações dos moradores. Obrigado.

Passemos agora aos inscritos.

A primeira inscrita é a Sra. Ana Leonor Sala Alonso, do Coletivo Amigos da Rua.

A SRA. ANA LEONOR SALA ALONSO – Muito obrigada pela oportunidade. Parabéns pela iniciativa da audiência pública. E eu queria falar em nome dos Amigos da Rua.

Nós somos um coletivo de moradores, nós não fazemos parte da associação. Conhecemos a Dona Alba. É importante também ela ter procurado vocês, pela Comissão. O Vereador da Comissão de Educação e Cultura também foi procurado por nós para a questão do tombamento. E toda essa documentação que tem sido colocada, como a do Ministério Público, as assinaturas de manifestação – três mil assinaturas de um manifesto público que fizemos –, o morador Francisco, que também está aqui na audiência, todos os processos que foram abertos, oito, no sistema da Prefeitura, todos elas foram colocadas sempre com muita responsabilidade por nós e com muita técnica, para que não fizessemos induções de que estaríamos defendendo um direito pessoal e não coletivo. Inclusive, temos recebido até certas ameaças na rua – ameaças veladas, falas truncadas –, dizendo que nós estaríamos defendendo tudo isso por interesse pessoal da minha moradia ou da moradia do Francisco, da moradia da Dona Vera, que também é do Conseg e está presente nesta reunião. Também está o Conselho da Subprefeitura de Santana-Tucuruvi, que também está nos apoiando e participando.

E o Guilherme, que falou aqui por Deuso, também é o Vice-Presidente do Conpresp. O Luca, que é do DPH, que está acompanhando o processo – fui eu que abri esse processo para que pudéssemos fazer essa discussão, também como uma medida protetiva à Estação Meteorológica, que é de extrema importância.

Eu acho que o Marcelo Schneider colocou muito bem: nós não podemos para a medicação apenas em relação à cidade de São Paulo, porque ela é importante para a agricultura, já que faz parte de uma rede de estações meteorológicas. Ele disse aqui: 193 pontos em países diferentes. Então, com muito carinho e humildade, nós, do Coletivo dos Moradores do Jardim São Paulo, pedimos que esta comissão, bem como a Comissão de Cultura, DPH, SMU, Deuso, onde estivemos com o Secretário Municipal, acompanhados pelo Vereador, façam realmente esse entendimento de que a lei é vigente. O Guilherme disse que eles estão fazendo já uma manifestação técnica para adequação e compatibilização com o regramento do Plano Diretor e com as regras de zoneamento, para que fique muito claro que a pretensão é da Estação Meteorológica e da vida das pessoas. As condições climáticas estão sendo afetadas cada vez mais pela falta de conhecimento, pelo oportunismo de algumas coisas que têm acontecido.

Então, com muito respeito, e como representante dos moradores, peço que façamos desta audiência um marco das duas comissões importantíssimas da Câmara que fizeram valer essa lei em 1971. E que sejam respeitados os Vereadores daquela época e de agora, preocupadíssimos, para que continuemos a proteger esse espaço próximo à Estação e continue com esse excelente trabalho de pesquisa de uma série histórica de 1945 e de um prédio de 1929.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Só lembrando: infelizmente, nós nos esquecemos de convidar o Secretário das Mudanças Climáticas, Sr. Pinheiro Pedro. Ele é uma pessoa excepcional, muito ligado à essa questão de alterações climáticas, à parte de sustentabilidade. Mas não tenha dúvida de que irei encaminhar cópia desta audiência. E até já peço para a Assessoria para colocar essa questão.

Quero cumprimentar também o Coletivo de Amigos. E dizer à senhora Ana que todos os dados obtidos nesta comissão serão encaminhados às autoridades – às secretarias pertinentes e também ao Ministério Público. E também a vocês, para que possam ter esses

dados em mãos.

A SRA. ANA LEONOR SALA ALONSO – Encerrando a audiência, eu me comprometo a, junto com o Francisco, encaminhar toda essa documentação para a Comissão, porque aí fica mais fácil. Nós temos o manifesto, nós temos a nota técnica do Inmet, os processos do Ministério Público. Assim a Comissão fica todo esse material para sustentar o posicionamento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Muito bom. Agradeço bastante e peço para a minha Assessoria também entrar em contato com a senhora. Muito obrigado.

O próximo é o Sr. Francisco Adrião Neves da Silva, do Coletivo Amigos da Rua.

O SR. FRANCISCO ADRIÃO NEVES DA SILVA – Bom dia a todos. Parabéns pela iniciativa. Eu queria dizer, como a Ana já colocou, que representamos um coletivo da rua. Estamos falando em nome de cerca de 2.700 pessoas que assinaram o nosso manifesto contra o prédio e contra uma verticalização agressiva que todo o bairro está sofrendo. São duas questões. É claro que é mais importante e imediato é o prédio.

Em relação ao tombamento, eu acho que realmente é uma medida importante, mas deve ser analisada com um certo cuidado, acho que depende de estudos e tudo o mais. Existem outros elementos a serem considerados no tombamento: áreas verdes importantes, ao lado da região, temos a faixa da Aduutora do Cabo Sul, do início do século passado, tem uma importância histórica a meu ver fundamental. Tem a própria questão da paisagem, do visual, a partir do mirante que, parcialmente, está preservado. Temos que tomar cuidado com isso.

Então, sou favorável ao tombamento. Como a Ana disse, foi dado início ao processo. Vamos ver como será o encaminhamento.

Também esclarecendo que muitas pessoas estão preocupadas porque não poderão mais mexer em suas casas e fazerem reformas. Eu acredito – é minha opinião – que o tombamento é da estação. É fundamentalmente das condições de medição, do prédio, sim, que é importante, como o Marcelo do Inmet disse “está sendo bem preservado”, a praça é

importante e as condições de medição da estação, manter a sede histórica. Para isso, o limite de altura. Um prédio pequeno não vai congelar toda uma grande área, porque está sendo jogado isso.

Mas, voltando, retomando o item, é importante, mas o fundamental neste momento em função da ameaça da construção do prédio é a vigência da lei. É manter a vigência da lei.

Fico feliz com a manifestação do representante de SMUL, ao mesmo tempo, não consigo entender, realmente, essa discussão jurídica neste momento. Como mesmo foi informado, SMUL aplicou a lei. Temos na Rua Amoroso Costa – é possível olhar no *site* De Olho na Obra – uma aprovação de empreendimento em 2020, um alvará que limitou a altura. Então, qual seria o argumento para se mudar isso agora? Isso pode dar margem a discussões jurídicas e a construtora, eventualmente, se beneficiar disso, se aproveitar de alguma forma.

Essa construtora, para que saibam: tem seis empreendimentos no bairro, num raio de 6 quilômetros próximos ao metrô, se aproveitando do zoneamento, ZEU, que é a zona que não tem limite de altura e perto de metrôs, o que eu também acho bastante complicado, mas ela se aproveita. E, para nenhum dos empreendimentos, ela tem alvará de execução.

Nós já conversamos isso com a Subprefeitura. Ela adota mecanismos de início de obra e outros subterfúgios e vão tocando a sua obra. Isso nos preocupa muito.

O fundamental é que a lei seja considerada válida e impedido qualquer tipo de subterfúgio dessa construtora.

Então, reafirmando, falamos em nome das 2.700 pessoas que assinaram o manifesto.

Obrigado, bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – O próximo é o Sr. Cássio Karmann.

O SR. CÁSSIO KARMANN – Muito bom dia a todos. Eu gostaria de cumprimentar todos os presentes. Confesso que fiquei surpreso com a condução da audiência no sentido das construções ao redor e não ao real sentido dessa audiência que seria sobre o tombamento do edifício pelo motivo histórico.

Ainda coloco que existem construções no entorno da praça mais altas do que o segundo pavimento hoje da estação.

Acredito que essas questões não devam ser discutidas do ponto de vista do tombamento histórico, mas, sim, tecnicamente, pelas autoridades pertinentes. Como já foi exposto pelo Subprefeito Dario que está acompanhando essa questão.

Porém, voltando ao assunto dessa audiência e sendo bem pragmático, a primeira pergunta que temos que fazer: quais os benefícios para a região caso seja aprovado esse tombamento. Não tem. Qual a justificativa para esse tombamento? O edifício é antigo, porém, nem toda construção antiga precisa ser tombada.

Outro ponto a se considerar é que o edifício tem a finalidade de aferições meteorológicas, como já foi explanado pelo Sr. Marcelo Schneider, ele possui quesito técnico e não, histórico.

Nesse sentido, e considerando que as tecnologias sofrem atualizações ao longo do tempo - ele mesmo falou que já teve que fazer algumas reformas no edifício -, eventuais mudanças que se fizerem necessárias para um melhor desempenho técnico do edifício será impossibilitado devido ao tombamento.

Por outro lado, a segunda pergunta, de igual importância a ser debatida é quais as consequências. Toda e qualquer obra dentro da área delimitada ficará restrita à aprovação pelo Conpresp, que burocratiza, onera e impacta diretamente a modernização da região, caracterizada por imóveis antigos que necessitam passar por algumas atualizações.

Ainda partindo desse ponto de vista – e já colocado sobre a questão de aproveitamento de uso urbano, classificado como ZEU, que é um benefício que a região possui por estar próximo ao metrô, a própria palavra já diz benefício e deve ser usado, favorece a relação das pessoas com a cidade, permitindo que as pessoas se desloquem em menos tempo, seguindo o plano diretor da Prefeitura.

A história do mirante também – eu sou morador, morei minha vida inteira ali -, todos sabem que também não é muito boa. Se for no fim da tarde lá, é um ponto de encontro para

uso de drogas e outras coisas que não são muito legais para uma praça. Quem é da região sabe do que estou falando.

Acredito que é interesse de todos que ali tenha novas atividades e estabelecimentos comerciais porque isso também ajuda na segurança.

Então, acho que é importante – fico muito feliz em poder me manifestar – que a gente precisa pensar no outro lado do tombamento do edifício em questão, porém há as consequências diretas da delimitação da área do entorno do tombamento, pois aí a gente evita, num futuro próximo, a degradação da região, que é o meu medo. Atualmente possui alto potencial de progresso e valorização.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Ok. Muito obrigado. O próximo é o Sr. Hilton Fachini, do Coletivo Amigos da Rua. Por gentileza, está presente? (Pausa) Não está presente. Então vamos passar à próxima, Sra. Alba Stela Matos Medardoni, da Associação dos Amigos Mirante Jardim São Paulo. Está presente? (Pausa) Não está presente. Vamos ao próximo, o Sr. Fuad Tatarevic. Está presente o Sr. Fuad? (Pausa) Não está presente. O próximo é o Sr. José Carlos Lopes Agueda Junior. Está presente? (Pausa) Não está presente. A próxima é a Sra. Vera Lucia Lopes Agueda. Está presente a Sra. Vera Lucia?

A SRA. VERA LUCIA AGUEDA – Sim, estou presente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Está presente, a senhora tem três minutos, por gentileza. Por favor, tem a palavra.

A SRA. VERA LUCIA AGUEDA – Bom dia a todos. Eu estou bem feliz de participar dessa audiência, porque sou moradora, uma das mais antigas participando, sendo que meu pai era centenário do bairro e faleceu há dois anos.

A minha preocupação – acho que não vou ter a resposta hoje – porque eu moro há cem metros do Mirante e eu gostaria de saber se com o tombamento a minha casa seria atingida também, se ela estaria também no tombamento. Essa é a minha preocupação, a minha casa tem quase os anos do bairro, mais de 30 anos. É uma preocupação grande e a gente fala de fazer alguma reforma por ser uma casa antiga. Também faço parte do Conseg de

São Paulo e do Coletivo Amigos da Rua.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Ok. Nós vamos deixar essas respostas para o final, quando nós ouviremos os convidados. A próxima é a Sra. Luciana Bedeschi. Está presente a Dra. Luciana? (Pausa) Não está presente. O próximo é o Sr. Marcelo Bento Cassettari. Está presente o Sr. Marcelo?

O SR. MARCELO BENTO CASSETTARI – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Por gentileza, o senhor tem três minutos.

O SR. MARCELO BENTO CASSETTARI – Obrigado. Bom dia a todos. Eu agradeço essa oportunidade, sou médico, moro na região, não faço parte de nenhuma associação. Assinei os manifestos que existiram em relação a se evitar essas mudanças na região. Entendo a importância técnica científica do Mirante na cidade. Eu entendo que preservar essa situação é um respeito, não só aos moradores atuais e aos moradores antigos, como em respeito à memória da cidade. Quantas pessoas lutaram e lutam por aquele local, aquela praça, aquelas medições? Eu mesmo já presenciei, andando por ali, às vezes, moradores da região tomando conta daquele local e confesso que até chega a emocionar, porque não são todos os pontos da cidade que nós vemos moradores tomando conta, por conta própria mesmo, pelo carinho da região. Isso é louvável no meu ponto de vista.

Também é um respeito à cidade de um modo em geral, como já foi dito pelo meu xará Marcelo, em relação às medições. Eu não sou técnico nessa área, mas é evidente que construções ao redor vão modificar os dados e numa situação como a nossa cidade, para não falar o nosso país e o mundo, onde temos tantas dificuldades com o clima, o que nós menos precisamos é de perder orientações a respeito do quanto a situação está piorando para tentarmos propor políticas que evitem essa degradação.

E, por fim, eu só me reservo ao direito, com todo o respeito, por favor, de discordar da fala do Sr. Cássio. A meu ver, eu penso completamente diferente dele e o meu pensamento vai ao encontro do que o Sr. Vereador Eliseu Gabriel mencionou, ao que a Sra. Ana Leonor

mencionou e ao que o Sr. Francisco também mencionou. Concordo com todas as falas que eles disseram e agradeço a oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Ok. Muito obrigado. Agradeço a manifestação. Também se encontra presente na reunião virtual o Vereador Goulart. O próximo é o Sr. Elpideo Ulian Junior, do Cades. Está presente o Sr. Elpideo?

O SR. ELPIDIO ULIAN JUNIOR – Sim, Vereador, estou presente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – O senhor tem três minutos, por favor.

O SR. ELPIDIO ULIAN JUNIOR – Muito obrigado pela palavra. Quero cumprimentar, na condição de Vereador, tanto o senhor, quanto os outros presentes, Eliseu, e quem mais estiver; o Guilherme, pela excelente explanação sobre a situação,

Como membro do Cades, do Conselho do Meio Ambiente, da Subprefeitura de Santana/Tucuruvi, e acompanhando há mais de uma década a questão das instabilidades climáticas, eu quero colocar que a gente sofre uma agressão sim muito grande, com relação à consequência das ações do homem.

Deve-se levar em consideração também o IPCC, que é o Relatório do Painel Intergovernamental, que foi divulgado recentemente. Estamos atravessando agora a pior condição do mundo sobre as questões climáticas. Qualquer coisa que seja feita que interfira com relação ao meio ambiente é extremamente grave. O Mirante é um patrimônio de São Paulo. Eu quero concordar com a fala de todos os presentes e junto ao Marcelo discordar da fala do Cássio.

A nossa praça agora também é esporte, a nossa praça, damos como nossa porque é um patrimônio, é uma praça que recebe famílias, crianças, é um local extremamente agradável, recebe todas as pessoas da região, frequentamos todos os finais de semana, plantamos, inclusive. Algumas árvores lá, agora, estão florescendo ajudando o meio ambiente. E quero salientar a importância desta audiência para a preservação daquilo que temos.

Então, gostaria de reforçar com o Guilherme e com os Vereadores que se

empenhem, por favor, para que essas edificações - não somos contra o progresso – mas temos de respeitar as leis que estão vigentes, que se adequem para a preservação tanto da área quanto também da qualidade de vida do entorno.

Para concluir, Vereador, perguntar ao Guilherme se tem informação, que nós precisamos no momento, sobre a delimitação dessa área de abrangência do tombamento, se for o caso. E também não somos contra, precisamos avaliar, discutir. O Mirante é um ponto muito importante de São Paulo e se o tombamento for para reforçar essa condição, que seja feito.

Agora, com relação à abrangência do tombamento, se for o caso, porque as casas de lá são velhas, inclusive a da Vera, somos companheiros. Então, a gente precisa saber qual o nosso planejamento para o futuro porque há herança, há outras pessoas envolvidas. Então, essa colocação seria boa para o coletivo, inclusive para a Ana, há outras pessoas, o João que também é morador de lá, eles conhecem tudo.

Então, se puder esclarecer alguma coisa nesse sentido, Guilherme, eu agradeceria.

Muito obrigado, Vereador, pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado. O próximo é o Sr. André Henrique Carvalho. Está presente?

O SR. ANDRÉ HENRIQUE CARVALHO – Sim, estou presente, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Por gentileza, o senhor tem três minutos.

O SR. ANDRÉ HENRIQUE CARVALHO – Muito obrigado. Bom dia, Vereador; bom dia, demais participantes. Gostaria de parabenizar e todos pela iniciativa.

Serei breve. Não moro na região, porém, trabalho ali, próximo. Passei a frequentar e conseqüentemente a admirar o Mirante e o seu entorno.

Infelizmente, no Brasil nós não temos a prática de preservar a nossa cultura, o nosso patrimônio, especialmente as nossas áreas verdes. Acho que esta audiência pública é fundamental para trazer a sociedade para discutir a relevância cultural do Mirante, a necessidade da preservação dessa área, que é fundamental não só para os moradores, como

também pra toda São Paulo. Conforme dito anteriormente, os participantes relataram a questão meteorológica que afeta diretamente não só São Paulo, imagino eu, como também todos os municípios do entorno.

Então, basicamente, era isso que eu tinha para falar e já passo a palavra, Vereador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado, Sr. André. O próximo é o Sr. Humberto Pinto Merola. Está presente? (Pausa) Não está presente. A próxima é a Sra. Josefina Former. Está presente. (Pausa) Não está.

O SR. HUMBERTO PINTO MEROLA – Vereador, Humberto!

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Sr. Humberto, por gentileza, o senhor tem três minutos.

O SR. HUMBERTO PINTO MEROLA – Obrigado, Vereador, tive um probleminha no meu microfone, peço desculpas. Bom dia a todos. Obrigado pela oportunidade, Presidente, Vereador Aurélio Nomura.

Em primeiro lugar, só quero agradecer em nome da zona Norte porque sinceramente o senhor vem fazendo um grande trabalho para nós da zona Norte, não só na área desse tombamento, como também na área da saúde, na área do meio ambiente. Só tenho a agradecer porque também faço parte dessa área, faço parte da ZN, da zona Norte como seu representante.

É fundamental estar discutindo uma lei de 1971. Essa lei tem de ser mantida mesmo. Eu discordo do Sr. Cássio, respeitosamente, eu discordo da sua fala. A nossa área, a zona Norte tem que ser preservada, tem que ser tombada sim a nossa estação. Acho importantíssimo todos nós estarmos sempre juntos defendendo a nossa zona Norte. Estamos falando de vida, de meio ambiente, e hoje estamos mundialmente com problemas climáticos.

É essa a minha fala, quero ser muito breve e agradecer, mais uma vez, a todos os presentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Muito obrigado. O próximo é o Sr. Nelson Ferreira Filho. Está presente?

O SR. NELSON FERREIRA FILHO – Estou presente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – O senhor tem três minutos, por gentileza.

O SR. NELSON FERREIRA FILHO – Vereador, acho que a gente quando fala de alguns projetos, de algumas questões dentro da cidade de São Paulo, a gente tem que tomar cuidado porque muitas questões dessas leis acabam sendo desrespeitadas. Ocorreu assim com aquele prédio no final da Avenida Cruzeiro do Sul, e muitos moradores presentes sabem do que estou falando. Existia um projeto para o prolongamento da Avenida Cruzeiro do Sul, que inclusive passaria, no final dela, a ter um prédio imenso.

Eu acho que o tombamento, na questão do Mirante, se faz necessário sim, a gente tem de preservar as memórias da nossa Cidade. É um lugar que eu frequento, participo de vários movimentos da região. É um local que tem de ser, no mínimo, respeitado. Se existem leis que proíbem construções, que proíbem questões próximas ao Mirante, essas leis têm de ser respeitadas.

Então, hoje, infelizmente, vivemos num País, numa Cidade e mais especificamente em nossa região onde pode tudo. (Falha na transmissão.) As questões que nós vemos hoje são questões que se fazem para os gestores. Os interesses que são primordiais para a nossa Cidade, para os cidadãos, infelizmente estão ficando de lado.

Então, para reforçar, sou totalmente a favor, sim, do tombamento do mirante. É uma estação meteorológica importante... (Falha na transmissão.) E vou mais além: é um local que tem que ter um olhar muito carinhoso por parte do poder público no sentido de conservação, de segurança, e até se tornar um ponto histórico da nossa cidade, com apoio do poder público, não com ausência do poder público, em que os moradores toda hora têm de correr, se reunir, reivindicar para simplesmente fazer com que a lei seja cumprida.

Muito obrigado pela atenção. Um grande abraço a todos os presentes.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado.

O próximo é o Sr. Hélio Nunes. Está presente? (Pausa) Não.

A próxima é a Sra. Roseli da Silva Santos, do Coletivo de Advogadas de Esperança Garcia. Está presente? (Pausa) Não está presente.

A próximo é a Sra. Marta Galeango. Está presente? (Pausa) Não está presente.

O próximo é o Sr. Carlos Alberto Lopes. Está presente? (Pausa) Não.

O próximo é o Sr. Richard Lucena Ribeiro. Está presente? (Pausa) Também não.

A próximo é a Sra. Patrícia Batista Figueiredo. Está presente? (Pausa) Também não.

A próximo é a Sra. Sonia Maria Gomes. Está presente? (Pausa) Também não.

O próximo é o Sr. José Paulo Magri. Está presente? (Pausa) Também não.

O próximo é o Sr. João Barassal Neto.

O SR. JOÃO BARASSAL NETO – Estou presente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – O senhor tem três minutos, por favor.

Tem a palavra.

O SR. JOÃO BARASSAL NETO – Muito obrigado.

Meu nome é João Barassal Neto. Sou morador do entorno do Mirante, faço parte do coletivo dos amigos do Mirante.

Quando começou esse negócio do prédio, eu fui procurado pelos moradores, pelos amigos, e nós nos mobilizamos para impedir que esse prédio fosse construído e, conseqüentemente, atrapalhasse as medições da estação meteorológica.

Não sei se os participantes me conhecem. Eu tenho uma casa ecológica que é reconhecida mundialmente como uma das primeiras do mundo em sustentabilidade. Ganhamos prêmios na Alemanha, na França, na Itália. Dois anos atrás tivemos a grata satisfação de receber a visita do Prefeito Bruno Covas, que foi conhecer o nosso projeto.

Essa estação, todas as entidades que a gente conhece, de sustentabilidade, reconhecem como “a estação”. Ela tem uma importância muito grande não só para o Estado de São Paulo, mas para o mundo todo, ela é muito importante. Então, tudo que a gente fizer de

benefício da estação, de proteção da estação, estará ajudando o agronegócio, que se utiliza dos dados da estação.

Discordo plenamente, com todo o respeito, do que o Cássio falou quanto à implantação de negócios na região, comerciais. Acho que ali é mais um bairro residencial, então a parte comercial fica afastada para o outro lado.

A nossa preocupação hoje é exatamente proteger a estação meteorológica, porque os dados da estação são muito importantes para muitas pessoas. Isso tem que ficar em evidência.

Quanto ao tombamento do prédio da estação, eu entendo que o tombamento é do prédio, não das casas do entorno. Então a pergunta que eu deixo para os responsáveis, quem está mais inteirado do assunto: explique para nós como é que ficam os imóveis do entorno.

A nossa preocupação é essa, porque a nossa casa é uma casa modelo que está sempre mudando, se adequado às novas tecnologias para testar sistemas autossustentáveis que possam ser usados em residências. Então me preocupa se eu vou ter de pedir autorização para o Condephaat, como é que vai ser, o que vai acontecer.

Essa é uma das preocupações que vários moradores vieram me perguntar ontem à noite, esses dias: Como é que fica? Nossas casas vão entrar nesse negócio? É isso que eu queria saber.

Muito obrigado a todos. Desejo que tudo dê certo para todos;

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Muito obrigado. Acho que a sua pergunta vai ser respondida no final. Acredito que estão presentes os representantes do DPH que poderão responder a essas questões.

A próxima é a Sra. Ana Lúcia Silva. Está presente? (Pausa) Não.

A próxima é a Sra. André Guido. (Pausa) Também não.

Sr. Santiago Sarabia. O senhor tem três minutos.

O SR. SANTIAGO SARABIA – Bom dia a todos. Muito obrigado pela oportunidade.

Esse projeto de tombamento a gente vê como essencial, os moradores, mas a

gente também fica preocupada de as casas do entorno também serem tombadas. É uma preocupação que eu sei que vai ser respondida no final.

O que a gente vê, referente a essa construtora, é que ela não respeita as leis. Ela tem diversos prédios num raio pequeno, nenhum com autorização, como já foi dito antes. E a estação meteorológica é de vital importância não só para o bairro, para a Cidade, como para o País. Estudos já mostraram que, se o prédio for construído, vai atrapalhar a medição, a aferição. Isso não é bom para a Cidade nem para o meio ambiente.

Eu quero também discordar da fala do Sr. Cássio, é uma praça frequentada por muitas crianças, famílias e idosos que vêm praticar exercícios. Os moradores cuidam da praça sim, plantam árvores. Nós mesmos já plantamos. É um ambiente 100% familiar. De duas uma: ou ele não mora na região, ou está falando em nome de alguém, porque colocar comércio numa região que é 100% residencial e familiar não faz sentido nenhum.

É basicamente isso que eu queria falar. Agradeço a oportunidade.

Que a Lei de 1971 seja cumprida, porque está vigente, que não se conceda essa liberação. Nós temos de ficar atentos para fiscalizar a construtora porque ela sempre vem descumprindo as leis nos prédios que constrói no entorno.

Muito obrigado a todos. Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Muito obrigado.

O próximo é o Sr. Sergio Sassano.

O SR. SERGIO SASSANO - Aqui presente, ilustre Vereador. Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Bom dia. O senhor tem três minutos, por favor.

O SR. SERGIO SASSANO - Pois não. Agradeço. Primeiro bom dia ao senhor, na pessoa de quem cumprimento os participantes da reunião, ilustres Vereadores, vizinhos de bairro, visto que sou morador do Jardim São Paulo também.

De uma maneira muito rápida, gostaria de colocar que tenho 60 anos de idade, 60 anos de Jardim São Paulo, onde passei muitas tardes no Mirante de Santana, sempre admirei

o Observatório, a Central Meteorológica. Estive visitando, enfim, faz parte do nosso bairro, faz parte da nossa história. Tenho certeza de que do ponto de vista funcional é extremamente importante.

Há dois lados importantes a serem vistos: o primeiro é a questão da parte histórica. As pessoas que se manifestaram têm razão 100%, e a questão funcional técnica. É de extrema importância o Observatório e a sua conservação.

A minha maior preocupação se encontra na questão do tombamento do entorno, haja vista que morador, trabalhador e comerciante da região, eu sei das dificuldades e dos entraves em termos de submeter um estabelecimento ou uma residência às normas municipais. É claro que as normas foram feitas para serem seguidas.

Apenas a título de exemplo, eu gostaria de dizer que há cinco anos eu consegui concluir uma regularização num antigo estabelecimento meu da anistia do Jânio Quadros. Ou seja, mais do que duas décadas para conseguir anistiar um imóvel.

Então eu não gostaria de ter uma reforma na minha residência, uma ampliação, uma mudança na edícula, uma construção, por exemplo, dentro das normas que estão colocadas para se fazer uma suíte, colocar mais um banheiro, fazer uma pintura, um reparo na fachada, ter de submeter o projeto a um outro órgão que, com certeza, tem entraves municipais.

Com todo respeito, ilustre Vereador, mas o senhor como cidadão sabe do que estou falando.

A minha questão, hoje, é simplesmente o entorno do tombamento. O tombamento absolutamente favorável. Agora, o quanto vai abranger esta é a minha enorme preocupação. A exemplo de outros bairros como no Tatuapé, onde tivemos locais que foram tombados e seu entorno valorizado, mas o tombamento foi restrito a uma pequena área.

O Jardim São Paulo se ele for 100% tomado pelo tombamento será fadado a deteriorar. Vai ficar largado como outras regiões que já passaram por isso.

Então fica o meu apelo para que o cuidado seja tomado no entorno.

Agradeço a todos. Espero que o encaminhamento seja feito da melhor forma a contemplar o bem-estar de todos.

Muito obrigado, ilustre Vereador e a todos que me escutaram.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Muito obrigado.

Eu acredito que sobre essa questão do tombamento no final vamos pedir ao representante do DPH.

O próximo orador é o Sr. Samir Mohamed Trad, do Jornal SP-Norte.

O SR. SAMIR MOHAMED TRAD – Bom dia ao excelentíssimo Sr. Presidente, a todos os Vereadores e autoridades presentes.

A minha pergunta vai de acordo com o que já foi perguntado. É uma preocupação, acredito seja da maioria.

A questão do tombamento em si é unânime, a preservação desse patrimônio da região do bairro do Jardim São Paulo, além da continuidade da medição meteorológica.

Mas a pergunta que já foi feita deixo aqui também e, no final, aguardar a resposta. Trata-se do processo do tombamento e as suas consequências no entorno, ou seja, a área delimitada do tombamento está restrita tão somente ao imóvel que faz parte o Mirante de Santana ou será abrangida nos imóveis do seu entorno?

Acho que essa é a maior preocupação, já que a questão do tombamento é praticamente unânime, como já falei.

Esta audiência é importante justamente para esclarecer essa dúvida, creio que seja a maior dúvida de todos, para que eu possa depois estar divulgando isso nos nossos veículos de comunicação, no Jornal SP-Norte, que sempre participou de todas as ações que aconteceram no bairro do Jardim São Paulo, sabendo o carinho que todos os moradores têm pelo bairro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Muito obrigado, Samir.

Eu acredito que essa questão do tombamento, ao final, é de fundamental

importância para dirimir as dúvidas que estão surgindo com os participantes.

A próxima oradora é a Sra. Sílvia Cristina Gomes. (Pausa) Não está presente.

O próximo orador é o Sr. Marcos Kalandjian.

O SR MARCOS KALANDJIAN - Muito obrigado a todos pela audiência pública, ao Sr. Presidente pela oportunidade e à comunidade do Jardim São Paulo. Como um futuro morador do bairro, escolhi o Jardim São Paulo porque sinto que é um bairro que está em desenvolvimento e está em progresso. O benefício do Plano Diretor Estratégico da Prefeitura traz ao nosso bairro condições de melhoria e condições de progresso.

Como também trabalho no bairro, digo que amigos comerciantes e amigos prestadores de serviço que não querem sair do bairro e têm suas raízes no bairro também querem ter a sua fonte de renda no bairro cada vez maior, trazida pelo progresso e pelo desenvolvimento da região.

Quero que meus filhos, que agora também serão novos moradores do bairro, possam usufruir de toda a estrutura que ele já oferece, com relação à praça, com relação ao mirante, com relação a serviços, e vejo que isso é algo que pode melhorar ainda mais, haja vista os empreendimentos que temos na região.

Julgo ser de suma importância que o Poder Público esteja atuando, principalmente nas aprovações das obras, é claro, mas quero também ressaltar que temos de ter certo respeito pelas empresas que estão atuando em nosso bairro, para que elas tragam o progresso e também tragam empregos para a nossa cidade, para que isto, como um todo, gere uma roda produtiva, um ciclo de produção capaz de enriquecer cada vez mais nossa cidade, por meio de serviços, por meio de polos culturais, por meio do desenvolvimento como um todo.

Sou favorável ao desenvolvimento do bairro. Sou favorável ao progresso. Questiono muito respeitosamente o real interesse do tombamento. Concordo totalmente com o Sr. Sergio Sassano, no quesito do envoltório. Já que temos a lei de 1971 preservada, vigente, então, qual é o interesse do tombamento, visto que ele estará protegido? E com os vizinhos? Como é que pode ser com os vizinhos? Não é?

Então, vamos ter cuidado. Vamos ter bastante equilíbrio para tomarmos as decisões corretas à luz do desenvolvimento do bairro. Não podemos permitir que o bairro fique parado. O progresso é iminente. Todos nós estamos fadados ao progresso – uns, em um tempo; outros, em outro tempo. Porém, o progresso é o destino de todos nós, como pessoas, como cidadãos, como membros de uma comunidade do bairro do Jardim São Paulo.

Muito obrigado a todos. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Muito obrigado. O próximo é o Sr. Helvio Nicolau Moisés. O senhor tem três minutos.

O SR. HELVIO NICOLAU MOISÉS – Bom dia. Inicialmente, saudamos o Presidente desta audiência, o nobre Vereador Aurélio Nomura, a Vereadora Ely Teruel e os Vereadores Paulo Frange, Rodrigo Goulart e Eliseu Gabriel, de cujo mandato eu participo. Cumprimento, também, as demais autoridades e os moradores presentes.

Parabenizamos a iniciativa da audiência pública, para ouvir os argumentos dos que são favoráveis e, também, dos contrários ao tombamento do prédio que é parte da estação meteorológica do Mirante de Santana. Consideramos que o tombamento é justificado por seu valor histórico, cultural, ambiental e científico. Especial atenção deve ser dada ao entorno do imóvel, o que aqui está sendo bastante discutido.

Como sabemos, o entorno do imóvel tombado é área de proteção localizada na sua circunvizinhança, que é delimitada, com o processo de tombamento, com o objetivo de preservar a sua ambiência e impedir que novos elementos ameacem sua integridade ou afetem suas funções. Não cabe, portanto, uma questão referente à preservação dos imóveis do entorno que signifique toda uma burocracia *etc.*

O que se limita é a altura dos prédios dentro do perímetro determinado pela Lei 7.662, de 1971. Julgamos que esse perímetro deve ser usado como principal referência para a definição do entorno a ser protegido, desse entorno do prédio que abriga a estação meteorológica.

Essa justificativa consta da competente nota técnica do Instituto Nacional de

Meteorologia, que foi redigido como resposta ao ofício do Vereador Eliseu Gabriel, a pedido da comunidade. É claro que o tombamento não implica, portanto, na preservação de todos os imóveis do entorno.

Queremos agradecer publicamente a recepção que tiveram o Vereador Eliseu Gabriel e os representantes que formam o coletivo Amigos da Rua, do entorno do mirante, pelo Sr. Secretário da SMUL, o Sr. Cesar de Azevedo, e por sua equipe técnica, na última segunda-feira. O parecer técnico da Secretaria, como já firmado aqui, apresenta o entendimento de que a Lei 7.662, de 1971, deve ser respeitada, independentemente do zoneamento decorrente do Plano Diretor, que é posterior a ela e não a revoga. Em diversos processos de licenciamento recentes, como já firmado, essa tem sido a orientação da Secretaria.

Muito obrigado pela atenção. Um bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Ok. Muito obrigado. A última inscrita é a Sra. Rima Motta.

A SRA. RIMA MOTTA – Estou presente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Sim. A senhora tem três minutos, por gentileza.

A SRA. RIMA MOTTA – Agradeço a oportunidade de falar. Sou participante do grupo Amigos da Rua e posso falar com conhecimento, porque eu bati à porta de cada casa e conversei com cada um dos moradores, contando o que estava acontecendo. Todos nos apoiaram, mas desejaram boa sorte, porque falavam do potencial econômico que tem essa construtora e da influência que ela tem no bairro.

Só para fechar o assunto, o Sr. Cássio, a única pessoa que falou contra o tombamento ou contra a limitação, é engenheiro da FAO. É só para conhecimento de todos. Então, isso justifica sua posição contrária ao desejo da comunidade.

Eu acho que o tombamento é necessário, sim, mesmo que a lei esteja em vigor, porque não sabemos, no futuro, o que irá acontecer. Daqui a 30 anos pode se discutir novamente essa lei e se o tombamento estiver vigorando, não haverá mais dúvidas. O Mirante

estará tombado e vamos estar protegidos.

Agradeço a todos a oportunidade. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Com a palavra o Sr. Guilherme Henrique, Diretor de Deuso.

O SR. GUILHERME HENRIQUE FATORELLI DEL'ARCO – Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a todos os participantes, muito interessante a opinião trazida por cada um. Vou tentar juntar todas elas, mesmo porque é possível encontrar uma concordância entre cada fala apresentada aqui, principalmente no que diz respeito à abrangência do tombamento, do possível tombamento, quais seriam as consequências desse tombamento para as áreas de entorno, para as residências; qual a importância e quais são aspectos históricos e técnicos que podem ser preservados, como o Sr. Sergio falou.

Primeiro, reforçando, Sr. Presidente e demais participantes, destaco o que o Sr. Helvio trouxe na sua fala. Sim, o nosso entendimento na Secretaria de Urbanismo e Licenciamento é de que essa Lei 7062 de 1971 está vigente. E ela já prevê formas de proteção desse perímetro, que preserva as medições meteorológicas da estação. Nesse sentido, está preservado, está garantido que o gabarito fica limitado até o quanto é determinado na lei.

Em termos de tombamento, foi feita uma questão: qual seria a abrangência desse tombamento? Apesar de eu ser Conselheiro do Conpresp, onde assumi a cadeira de Vice-Presidente, vou deixar primeiro para o Luca, da Secretaria de Cultura, do DPH, trazer as considerações, até porque o tombamento em si vai levar em conta diversas questões históricas do edifício. Qual seria proteção mais adequada desse edifício em relação ao entorno? Provavelmente não haveria limitações, necessidade de aprovação prévia de intervenções nas casas do entorno, mas sim uma limitação de gabarito em relação à construção - algo que a lei já prevê também. De qualquer forma, vou deixar para o Luca complementar, depois se for necessário, eu retorno.

Só gostaria de destacar com relação a esse possível tombamento que a análise será feita, mas podem sim ser consideradas as questões levantadas aqui em termos de

proteção ambiental. E destaque, inclusive, uma fala do Sr. Marcelo, que entende que existe uma importância, que essas medições feitas pelo Instituto Nacional de Meteorologia também fazem parte da memória do bairro. Então, de repente, fazer uma leitura nesse sentido seria interessante do ponto de vista do que é a análise do Patrimônio Histórico e do que vai ser a determinação final, depois do Conselho, do Conpresp.

Inclusive, Sr. Presidente, sugiro que a Ata desta audiência seja passada para o DPH, ao Conpresp e à Secretaria de Urbanismo e Licenciamento para termos como base depois nos futuros estudos que estão sendo desenvolvidos no DPH.

Por fim, gostaria de destacar e agradecer também as falas do representante do Instituto, Marcelo Schneider, sobre a importância de manter essa qualidade ambiental para garantir essa série histórica que observa as questões de temperatura, de climatologia, de precipitação. Isso, realmente, é muito importante e pode ser também trabalhado em eventuais outras audiências públicas, como na revisão do Plano Diretor, quando isso for possível. O zoneamento, também, num futuro pode abarcar essas condições.

De qualquer forma, estamos tratando aqui do tombamento, então vou passar a palavra e, se precisar complementar. E se houver mais alguma dúvida, Sr. Presidente, eu posso esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – OK. Muito obrigado.

Gostaria de passar a palavra ao Sr. Luca Otero D'Almeida Fuser, do DPH. Por gentileza, para os seus esclarecimentos.

O SR. LUCA OTERO D'ALMEIDA FUSER – Obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de agradecer essa oportunidade, uma conversa que foi muito proveitosa e nós, do Departamento de Patrimônio Histórico, temos uma postura sempre de estar abertos e sermos receptivos a todas as conversas. Acreditamos que elas sejam necessárias, tanto ao longo da gestão do Patrimônio Cultural, dos processos de identificação de forma ampla, quanto também dos processos de deliberação que porventura ocorram.

Então para situar, novamente, para reiterar, o que temos atualmente é uma

solicitação de abertura do processo de tombamento. Ela será analisada, depois uma manifestação preliminar sobre ela será encaminhada para o Conpresp para deliberação, ou seja, para o Conselho de Preservação Municipal para deliberação da abertura de processo de tombamento ou para o indeferimento do pedido de abertura de tombamento.

Estamos no momento de análise técnica da solicitação que precede essa deliberação preliminar. Caso tenha um entendimento dessa deliberação preliminar, que deve ser aberto o processo de tombamento, é aberto um processo com uma proteção inicial cautelar que depois retorna ao DPH para complementação dos estudos e manifestação conclusiva. E aí volta para deliberação conclusiva sobre o tombamento. Retomo, a gente está nesse passo inicial de análise da solicitação.

O que nós temos atualmente é um processo que está no Núcleo de Identificação e Tombamento do Departamento do Patrimônio Histórico sobre análise e que está tratando esses diversos fatores que foram apresentados no pedido e, por um lado, essa audiência vem também para trazer a sua conversa, para nós é interessante sou coordenador da área, para compreender essa questão de forma mais ampla também.

Acho que também, desde já, entendo a preocupação dos moradores da região, a preocupação sobre a interferência nas casas, nas residências e nos negócios é uma preocupação que o Departamento do Patrimônio Histórico também está muito atento na sua trajetória de mais de 45 anos de atuação dentro da Prefeitura e que procuramos sempre ter uma solução eficiente, rápida, e que seja razoável dentro dos preceitos, tanto do patrimônio, quanto das possibilidades de gestão individual de cada proprietário, de cada coletivo. Enfim, dito isso, quero ponderar que entramos nesse aspecto preliminar de análise, mas não há nenhum indício de que seja necessária uma restrição específica sobre intervenções, reformas, modificações mais detalhadas em relação as casas desse entorno. Eu desde já coloco isso porque é o que está sendo colocado para nós.

São diversas referências culturais possíveis de serem entendidas como portadoras de memória e identidade para a cidade de São Paulo que estão sendo colocadas nesse estudo

como o mirante, como a questão mais ampla dos próprios visuais, a questão da interferência disso em relação a medição meteorológica, também a relação como colocaram em relação da adutora histórica da Sabesp, enfim há diversas questões, mas nenhuma delas estamos discutindo por exemplo um conjunto urbano edificado, no sentido do casario, como por exemplo quando a gente trata da própria Bela Vista, que é uma região que temos tido debates muito amplos em relação ao de DPH faz muitos anos, sobre como aquelas casas deveriam ser preservadas, ou da própria região do centro histórico da cidade, do Anhangabaú, ou das edificações que percebemos que há uma interface direta com que já está edificado.

Nesse caso entendemos que o que estaria sendo discutido envolve um entorno, mas também até onde conseguimos ver preliminarmente, ainda não fizemos essa análise, ela não teria esse tipo de restrição. Então desde já gostaria talvez acalmar também compreender e acolher as preocupações feitas pelos moradores e não parece ser o caso.

Quando falamos de tombamento muitas vezes temos uma impressão aqui é um instrumento muito rígido, que é um instrumento que estabelece que deva ficar exatamente tal e qual, ou que o estado anterior deveria ser revertido. As normas técnicas contemporâneas no campo do patrimônio as quais o próprio DPH e o Conpresp foram fundados, desde os anos 80, já temos o entendimento que há diversos fatores que podem ter valor cultural, há diversas questões que devem ser observados, há diversas perspectivas de transformações que devem ser acolhidas e só orientadas. Não devemos pensar no estado estático que nunca vai existir nenhum retorno isso é impossível historicamente. Temos de pensar quais são esses elementos portadores de valor e o que devemos fazer para mantê-los pensando que a própria continuidade dos processos sociais que estão vinculados a eles, da moradia, da manutenção dos negócios, da manutenção da vida no bairro, eles são o que deve ser mantido também. E devem ser mantidos em consonância com isso. Só para também deixar claro que caso tenha essa perspectiva de interferência direta em alguma edificação na cidade de São Paulo, temos essa preocupação e temos esse cuidado, essa delicadeza, de acordo com as normas técnicas do próprio patrimônio.

O SR. ELISEU GABRIEL – Vereador Aurélio, é o Eliseu que está falando.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Vereador Eliseu, vamos deixar para depois já estamos concluindo por causa do horário.

O SR. ELISEU GABRIEL – Eu só queria dizer uma coisa, dizer que o tombamento do prédio da estação meteorológica não implica no tombamento dos imóveis do entorno, deixar muito claro isso, como colocou o Luca, só limita altura. Não vai mexer no prédio.

O SR. LUCA OTERO D'ALMEIDA FUSER – Eu já concluo por causa do horário como vossa excelência apontou. Enfim, acho que são essas questões, estamos atentos, estamos dispostos a discutir e a colher e essa audiência foi proveitosa nesse sentido. Agradeço as observações e também posterior envio do registro da ata da transcrição dessa audiência para nós juntarmos ao processo de abertura de tombamento que está sendo solicitado, mas acho que é o que eu tinha a dizer no momento.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Muito obrigado, Luca, acho que foi esclarecedor as suas observações. Gostaria até de perguntar para o Guilherme se ele gostaria complementar alguma coisa do Luca.

O SR. GUILHERME HENRIQUE FATORELLI DEL'ARCO – Acredito que não Vereador, era só para reforçar mesmo que esse momento do processo de análise do DPH ainda vai passar por uma avaliação do Conselho do Patrimônio Histórico da cidade de São Paulo, que o Conpresp, então estamos nesse momento, mas, de qualquer modo, tudo que foi desenvolvido aqui no âmbito dessa audiência pública, com certeza, vai ser muito proveitoso para análise tanto do Conselho, quanto de DPH, que já está em desenvolvimento. Então é isso.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Muito obrigado. Não sei se o Subprefeito Dário gostaria de falar alguma coisa?

O SR. DÁRIO JOSÉ BARRETO – Acho que foram esclarecidos todos os pontos. Como eu disse, as proposições que vierem vão a ajudar o Conpresp e o de DPH na questão do tombamento. A preocupação que chegou à Subprefeitura é a questão do entorno, mas acho que o DPH, que os debates ainda podem ser colocados na mesa. Como disse o Vereador

Eliseu Gabriel, a intenção é de tombamento do prédio onde fica o Mirante, onde fica o Centro de Medição Meteorológica. A ideia não é tombamento das casas do entorno. Essa é a preocupação dos moradores. Conforme colocado, terá que ser feito um estudo. Tombando-se o Mirante e não envolvendo as casas, os moradores do entorno ficam mais tranquilos. O que foi colocado é como ficaria o desenvolvimento do bairro não no sentido de se erguerem prédios, mas se o entorno, num raio de 100 metros, é atingido por tombamento, por exemplo, logicamente que as pessoas poderão reformar suas casas, o problema é a burocracia de passar pelo órgão municipal para autorizar essas reformas. Esse é o receio dos moradores. Mas se ao tombar o Mirante não se atingir as casas, acho que se vai atingir o objetivo de todos os moradores do entorno, que é o tombamento para que o Mirante seja preservado no seu papel científico, o entorno continuando sem maiores problemas. Esse é o ponto que a subprefeitura enxerga.

—————
E estamos sempre à disposição dos moradores e dos Vereadores, da SMUL, do DPH e de quem precisar da subprefeitura. Um forte abraço e um bom final de semana a todos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Muito obrigado. Finalmente, o Sr. Marcelo Schneider, do Instituto Nacional de Meteorologia, gostaria de fazer alguma observação?

O SR. MARCELO SCHNEIDER – Somente algumas considerações, para justamente reforçar que estamos bem atentos. Agradeço as colocações de todos os representantes da Prefeitura e também dos moradores. Enfatizamos o que dissemos no início, sobre a importância dos dados meteorológicos de uma série histórica. A Meteorologia é multidisciplinar, ela abrange diversas áreas como Astronomia, Biologia, Geografia. Nessas últimas décadas, vocês podem ver uma grande problemática das mudanças climáticas globais. Então, a preservação dessa área confere uma visibilidade enorme à Prefeitura de São Paulo, dá um passo adiante no reconhecimento da importância de uma estação meteorológica.

Nesse sentido, eu teria algumas considerações. Se não for agora, provavelmente teremos outras reuniões. O que pode legalmente mudar em relação à operação do prédio onde

o Mirante está instalado – na oficina meteorológica, no escritório que a gente utiliza e o próprio cercado meteorológico –, com o tombamento? Eu diria: principalmente em relação a futuras parcerias público-privadas. Porque, com esse engajamento maior tanto da comunidade, dos moradores do Mirante de Santana, e também da própria subprefeitura, acho que poderíamos intensificar bastante o cuidado da redondeza, melhorando principalmente a segurança, a limpeza. O próprio Inmet coloca-se à disposição para oferecer, por exemplo, oficinas meteorológicas com escolas. Já fizemos grandes eventos, como o feito na gestão do ex-Prefeito Bruno Covas, com uma abrangência bastante grande. Também era muito frequente a visita de universidades antes da pandemia.

Então, esse é o questionamento para que nós do Inmet possamos ficar mais tranquilos – uma vez que sempre zelamos da melhor maneira possível pelo prédio e pela própria estação, o cercado meteorológico que fica ao lado -: o que implicaria em termos burocráticos havendo o tombamento do prédio.

Agradeço muito por essa audiência pública também em nome do nosso Diretor, Miguel Novato, que também tem uma nova gestão em Brasília. Estamos de portas abertas. Há o portal do Inmet para que os aficionados em Meteorologia não só da comunidade do Mirante, mas da cidade de São Paulo, que sempre veem essas informações, fiquem orgulhosos dessa área da estação, porque é uma das áreas mais altas da Cidade, ao lado do Aeroporto de Congonhas, da Avenida Paulista e do Pico do Jaraguá, regiões que têm 800 metros ou pouco mais de altura e são regiões históricas e privilegiadas em termos climáticos.

Agradeço muito o contato de vocês e ficamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Muito obrigado. O Vereador Eliseu Gabriel gostaria de falar algo para finalizar?

O SR. ELISEU GABRIEL – Vereador Aurélio, eu gostaria de reafirmar que o tombamento do prédio da estação meteorológica – e esta é a dúvida de todo o pessoal – não implica no tombamento dos imóveis do entorno. É isso que precisa ficar bem claro. A única coisa que será afetada é a questão do gabarito, da altura. A pessoa pode reformar o que

quiser. Não há no entorno nenhum imóvel de valor histórico. A implicação é que não se poderá subir um prédio, somente o gabarito será limitado. Somente se preservará o prédio da estação meteorológica. Aliás, é um prédio de 1929. Assim, a iniciativa de V.Exa., Vereador Aurélio, e das pessoas que solicitaram esta audiência pública, é muito oportuna. Acho muito bom que se promova essa preservação, pois é um lugar bonito, turístico, que precisa mesmo ser preservado. As casas não serão afetadas, só não se pode passar de certo limite de altura em qualquer reforma que venha a ser feita.

Concluindo, Vereador, parabéns mais uma vez. É muita rica essa conversa com toda a estrutura da Prefeitura, do DPH, da SMUL, da Subprefeitura, dos moradores e dos coletivos. Esta audiência pública é muito importante mesmo. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado, Vereador Eliseu. Agradeço a todos; ao Guilherme, do Deuso; ao Luca, do DPH; ao Dário, nosso Subprefeito de Santana; ao Marcelo, do Inmet; ao nosso Vereador Eliseu Gabriel, sempre presente.

Enviaremos cópia de todo o teor da audiência pública, mais os documentos que recebemos, para todos os que participaram, bem como para o Ministério Público e para a Secretaria do Pinheiro Pedro, que é extremamente importante.

Mais uma vez, afirmo que foi esclarecedora esta audiência pública. Porém, se houver alguma pendência, a Comissão de Política Urbana está às ordens para realizarmos outra audiência. Agradeço mais uma vez a presença dos convidados e participantes que deram seus depoimentos, bem como aos Vereadores membros da Comissão. É importante destacar que, em véspera de um grande feriado, estamos aqui trabalhando, razão pela qual cumprimento todos vocês. Um ótimo final de semana e ótimo feriado para todos.

Estão encerrados os trabalhos da presente reunião.